

Otelo e os "outros"

Por razões conhecidas, os militares adquiriram um papel tão importante na vida nacional do pós-25 de Abril que os portugueses passaram a ocupar-se, muitas vezes erradamente, das questões internas específicas respeitantes às instituições a eles ligadas. Tal aconteceu, certamente, por parte de largas camadas da população, pela sua impreparação política, e, também pelas vicissitudes de diversa ordem que impediram os partidos políticos democráticos de cumprirem de imediato a sua primordial função pública de esclarecimento, levando-os demasiado cedo ao campo das lutas cupulistas. Não queremos fazer generalizações perigosas e até injustas, na medida em que muitos foram os que honestamente apontaram os erros da «sobrevalorização militar», como também não queremos, por outro lado, cair no campo dos que preconizavam um súbito regresso às casernas. Queremos, sim, dizer que alguns militares, para o comum dos portugueses, acabaram por ser tomados apenas pela sua actuação, independentemente dos postos, dos galões, das estrelas e da implícita servidão da carreira escolhida. Um deles foi, sem dúvida alguma, tanto para amigos como para detractores, Otelo Saraiva de Carvalho. Qual a razão principal desse facto? Antes de mais nada, diríamos que por não ter hesitado em infringir o R.D.M. em dezenas de artigos, para montar e accionar o golpe que derrubou o regime fascista em Abril de 1974. Isso não colocou Otelo acima das leis, nem acima dos outros cidadãos, mas levou que a maioria destes lhe continue a tributar — mesmo para além das suas muitas actuações erradas ou discutíveis posteriores a essa data — uma simpatia por vezes secreta — como os votos — e que muitos não têm pejo em manifestar, publicamente, mesmo não concordando com as posições controversas daquele oficial. Otelo está hoje preso por ter voltado a infringir o R.D.M., é certo que em condições bem diversas de outras anteriores e nuno país onde se pretende consolidar instituições e fazer a exacta repartição de responsabilidades. Mas não é um major de Artilharia que se encontra preso em Caxias, por decisões que não temos de comentar, nessa mesma prisão cujas portas ajudou decisivamente a abrir para que dela saíssem os antifascistas. Com efeito, não se trata de um simples major, embora o seja, trata-se de Otelo para milhares de cidadãos, porventura desconhecedores da rigorosa lei militar, mas conhecedores de que os «pides» estão à solta sem julgamento, a extrema-direita conspira abertamente contra a democracia, há muitos bombistas ainda por descobrir, e os responsáveis pelo regime deposto fazem, no mínimo, a vida sossegada dos funcionários reformados. Neste enquadramento, a prisão de Otelo, cuja justiça ou injustiça, em termos militares, repetimos, não nos compete comentar, não deixa de se apresentar chocante. Otelo pôs em perigo a democracia que o seu valor de estrategista ajudou a restaurar? Não cremos que algumas frases proferidas num recinto público por um homem politicamente discutível mas progressista, sejam susceptíveis de contribuir para a chamada desestabilização. Mas caiu nas malhas do R.D.M., onde pelos vistos não caem, os que, sendo apenas militares, se ocupam de mil e um problemas civis, traçando até planos económicos e recebendo em audiência embaixadores estrangeiros. Otelo tem sido instrumentalizado? É possível. Mas nem por isso deixa de ser Otelo, enquanto os outros, que conspiram na sombra, continuam efectivamente a ser os «outros»... E não nos parece despropositado lembrar que certa oposição só pode ser tomada como oposição à própria Democracia, pois persegue, com toda a evidência, um único objectivo: reinstaurar o 24 de Abril...

"Acuso"?

Outro tema «quente» da semana, mas nem por isso desenhado de uma concertada campanha fascizante e direitista, foi o lançamento de um livro «Acuso», da autoria de Henrique Cerqueira, no qual o autor pretende implicar moralmente, num dos crimes mais vis da ditadura — o assassinio do general Humberto Delgado —, personalidades sobejamente conhecidas pelo seu passado antifascista. Num país democrático, com leis e tribunais, Cerqueira talvez fosse mais útil à causa que afirma defender se contasse o que afirma saber às autoridades, apressando o julgamento dos «pides» que, objectivamente, se encontram na situação de presumíveis assassinos de Humberto Delgado. Mas os seus intuitos, bem como os dos seus patrocinadores, não se devem nortear propriamente pela causa da justiça. Luta certamente pela consciunção de objectivos bem diversos. E sabe que lançar a dúvida e semear a calúnia, no seio de um povo ainda permeável a certos estratagemas não deixa de trazer dividendos. Esperamos, no entanto, que as actuais manobras cessem com o que foi certa vez definido por Mário Soares como a verdadeira homenagem à memória de Humberto Delgado: o julgamento dos seus assassinos.

Perspectiva

À espera das batalhas importantes

José Manuel Barroso

A grande entrada eleitoral do Governo — depois dos decretos-leis sobre as autarquias que a Assembleia ratificou com base numa maioria pontual P.S.-P.C. — teve lugar esta semana. Marcelo Curto anunciou ao País um aumento do salário mínimo nacional, a criação do salário mínimo para os rurais e para os menores de vinte anos, a determinação de um mínimo de dezoito dias de férias com direito a subsídio e o estabelecimento de uma duração mínima de dezoito meses para as convenções colectivas de trabalho (bem como a fixação da véspera de Natal como feriado obrigatório).

Contra-ataque no campo sindical — nomeadamente no respeitante à questão dos salários mínimos — as medidas anunciadas pelo ministro do Trabalho terão inevitavelmente alguma repercussão eleitoral e serão argumento de ouro a utilizar pelos socialistas durante a campanha em defesa do seu Governo. Argumento virado ao mundo rural, aos votantes jovens, ao sector dos serviços, aos pequenos e médios comerciantes e industriais (a quem a fixação de um espaço de tempo mínimo para as convenções colectivas poderá dar uma certa sensação de segurança).

«Não há memória, na história deste País, de o partido governamental ter perdido eleições municipais», dizia ainda há apenas três dias na Assem-

bleia da República, o deputado socialista José Luís Nunes. Disposto de um importante controlo sobre os meios de comunicação, nomeadamente a Rádio e a Televisão; disposto da capacidade de legislar ou tomar a iniciativa legislativa; disposto, apesar de tudo, na Assembleia da República de uma capacidade de manobra razoável — os socialistas têm uma boa oportunidade para manter a tradição de que falava o deputado portuense.

Na perspectiva de uma campanha eleitoral próxima, os congressos dos socialistas e dos socialistas-democratas entraram, entretanto, nesta semana, em fase de afinamento. Apesar de uma certa actividade eleitoral das diversas tendências do partido — cujo objectivo era manifestamente o de influenciar as eleições para os delegados — os socialistas, segundo tudo o indica, chegarão ao próximo fim-de-semana «concertados» como gosta de dizer Mário Soares; quer dizer, com uma plataforma suficientemente ajustada entre os seus mais importantes dirigentes para que, para além da discussão viva, algo mais aconteça — o que naturalmente não significa que as questões de fundo das divergências tenham sido resolvidas.

No que toca aos social-democratas, muitos deles esperam de Sá Carneiro o «realismo suficiente» para ser capaz de ser árbitro e escusar-se a ser parte.

O que quer dizer que o P.P.D./P.S.D. continua a manter viva em si uma chama que vem de longe (do congresso de Aveiro), chama que se denomina direito latente (e, por vezes, assumido) e que grande parte dos seus dirigentes quer delibelar. E não parece pormenor de somenos importância a ameaça velada de muitos desses dirigentes de que não aceitarão o exercício de cargos nacionais se o congresso se saldar por uma opção à direita.

No campo sindical, a semana demonstrou de forma clara os sucessos da linha sindical ligada ao P.C. e a (pelo menos, momentânea) derrocada da linha adjacente ao P.S. Facto da maior importância política para os dois partidos e para o País — já que coloca, ou pode vir a colocar se a tendência se não inverter, o Governo socialista sem uma base de apoio operária organizada, o que significaria a transformação do P.C. no primeiro e mais importante interlocutor político do Governo. E o que poderia ter como consequência uma acção de resposta de outras forças políticas através das organizações patronais por elas controladas (C.A.P., C.I.P. e associações regionais) — ameaça, de resto, assumida em privado por alguns dirigentes das forças de direita.

E não deixa de ser curioso assinalar o persistente (e inteligente) cuidado de Amaro da

Costa, de que o seu último artigo n.º «O Dia» é expressão, em aversos os militares de que a esquerda e a extrema-esquerda tenta de novo «destabilizar» — e a não menos curiosa «recuperação» de Pires Veloso e dos militares, (assim, desta forma exterior contraposta a uma forma interior de actuação de outros dirigentes de esquerda, e de centro-direita), numa disputa de simpatias com o PPD.

No campo militar, o mais interessante da semana é o artigo do major Loureiro dos Santos (no mínimo da revista da R.N.L., «Baharte», que hoje começa a ser distribuída), no qual se refere o papel possível do Conselho da Revolução na democracia portuguesa. Escreve, nesse aviso de amigo, o conhecido militar e conselheiro de Eanes:

«O C.R. poderá ser: ou o elemento estabilizador da democracia e dinamizador da reorganização das Forças Armadas, se os seus componentes se «agregarem» individualmente, mantendo-se atentos aos grandes sentimentos populares e das Forças Armadas (...); ou o elemento instabilizador da democracia e perturbador das Forças Armadas, se se preocuparem com a sua promoção pessoal, perderem a perspectiva global «de facto» da sociedade portuguesa, procurando especializar-se em campos não militares e se esquecerem do contacto com todos os sectores das Forças Armadas». A bom entendedor...

O plano é possível e necessário

Francisco Sarsfield Cabral

Ao cabo de dois anos e meio no decurso dos quais as indicações do mercado foram frequentemente esquivadas por um voluntarismo político materializado em intervenções castuísticas e irrealistas, pode ter perdido alguma acção a norma constitucional segundo a qual o Plano é o primeiro instrumento da política económica portuguesa. A verdade, porém, é que, se o mercado tem sido prejudicado no seu funcionamento, ainda não tivemos uma experiência de planeamento. O primeiro passo dado em tal sentido é a proposta de lei sobre o sistema de planeamento enviada pelo Governo à Assembleia da República.

Os defensores da excelência do mercado (como Milton Friedman, o professor de Chicago, que vai receber o Prémio Nobel da Economia deste ano) tendem a apresentá-lo como uma verdadeira ordem natural: infringir as leis sagradas da livre oferta e procura seria transgredir a natureza, transgressão sempre paga, mais tarde ou mais cedo, com o mau funcionamento da economia. Curiosamente, também Hitler, ao atacar os judeus e ao argumentar com o «direito» de as raças fortes exterminarem as fracas, invocava a natureza («a natureza eterna vingará-se impiedosamente quando as suas regras são violadas», lê-se no «Mein Kampf»).

Nada mais suspeito do que as pretensas leis e ordens «naturais» — invariavelmente, é a projecção dos desejos e interesses de um grupo social ou político que leva a classificar de naturais, portanto intocáveis, determinadas instituições e comportamentos. Aliás, não será a lei do mercado a expressão económica da lei do mais forte?

Planejar é um acto eminentemente humano (e, por isso, se quisermos, natural). Ele traduz a vontade de o homem deixar de ser um objecto passivo de forças que o ultrapassam, para se tornar o sujeito activo e determinante do seu próprio destino. Só que isto suscita alguns problemas quando o planeamento ultrapassa a esfera individual ou da empresa, para se situar ao nível de um país.

Esquemáticamente, tais problemas são de duas ordens: política e económica. O problema político é, obviamente, o da participação democrática no processo de planeamento. Em teoria, não se põem grandes dificuldades — só que, na prática, as sociedades que mais importância dão ao plano não se têm mostrado exemplares em matéria de participação democrática. Neste sentido — no sentido de evitar que o planeamento seja um instrumento de tirania — a proposta de lei enviada à Assembleia da República contém disposições positivas, sobretudo no que se refere ao Conselho Nacional do Plano. Mas tudo dependerá da concretização dessas boas intenções.

Há que reconhecer que o problema da participação das populações no planeamento é muito difícil de resolver no concreto — e ainda mais em Portugal, onde a convivência democrática é frágil e onde a compreensão que o grande público tem das questões económicas é limitada. Mas algo se pode avançar neste campo, em particular quanto ao planeamento regional — o que deveria ser, até, uma forma de despertar e congregar energias mais ou menos adormecidas.

Ao propor o planeamento como «um processo permanente de organização de recursos disponíveis ou potenciais da comu-

nidade em ordem à prossecução dos objectivos e metas que essa mesma comunidade vai definindo através dos órgãos específicos de participação política» (metas e objectivos «eles próprios susceptíveis de redefinição»), o Governo aponta para um planeamento democrático. Mas, com isso, não garante automaticamente que teremos um planeamento economicamente eficaz.

Em face da conhecida ineficiência da Administração pública portuguesa (e que, na melhor das hipóteses, levará anos a vencer) e das próprias dificuldades em reorganizar capazmente os sectores nacionalizados, não seria mais razoável abandonar veleidades de planeamento, para deixar funcionar apenas o mercado? A tentação é grande, mas deve resistir-se-lhe.

É indispensável um plano que, sem desprezar o mercado, o integre e subordine, pelo menos por duas razões: porque só um plano poderá ultrapassar a profunda crise estrutural que a economia atravessa sem um regresso ao passado; e porque, numa economia tão aberta ao exterior e tão dependente como a nossa, abdicar do planeamento seria dizer definitivamente adeus à independência nacional.

Claro que o plano, além de democrático, terá de ser humilde e realista nas suas ambições de orientar as grandes linhas da actividade económica. Até para evitar burocracias emperreantes de uma iniciativa privada que importa estimular sem complexos, o plano deve concentrar-se no essencial e nas áreas onde a intervenção do Estado (via sector público empresarial, por exemplo), seja realmente efectiva.

A oportunidade de passar da teoria à prática está no plano

para 1977 (integrando o Orçamento Geral do Estado, que deverá ser submetido à Assembleia da República até ao próximo dia 15. O próprio facto de este primeiro plano não ter sido democraticamente discutido noutras instâncias (pois o sistema institucional de planeamento aguarda aprovação) impõe que aquela data não seja ultrapassada.

Deste plano esperamos, não um mero conjunto de projectos de investimento, nem um exercício macroeconómico, nem, ainda, um enunciado literário de boas intenções — mas um programa coerente de medidas de combate imediato à crise económica que, sem esquecer a necessidade de um novo modelo socioeconómico, traduza esse novo modelo em providências conjunturais. A crise que vivemos é estrutural, sem dúvida, mas a reconversão de estruturas tem de passar pelo alívio das tremendas pressões conjunturais a que a economia está submetida — e cujo agravamento porá em causa as melhores intenções de reforma profunda.

Quando em Agosto se fez, aqui, a apreciação do conteúdo económico do Programa do Governo, apontou-se a falta de uma política conjuntural perfeitamente definida e compatibilizada nas suas diversas variáveis. Entretanto, foi-se acentuando o desequilíbrio externo (embora o Verão haja trazido algumas divisas), agravou-se o «deficit» das contas do Estado o investimento não recuperou minimamente ainda e a melhoria dos índices de produção mostra-se insuficiente. É, por isso, imperativo que a lacuna do Programa do Governo seja preenchida pelo plano para 1977.